



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 13808.001615/2000-19
Recurso nº : 139.601

Recorrente : LARK S/A MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
Recorrida : DRJ em São Paulo - SP

RESOLUÇÃO N° 204-00.458

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por LARK S/A MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto do Relator.**

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 2007.

Henrique Pinheiro Torres
Henrique Pinheiro Torres
Presidente

Airton Adelar Hack
Airton Adelar Hack

Maria Luiza Novais
Maria Luiza Novais
Relator

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL
26 / 03 / 2008
Assinatura
<i>Henrique Pinheiro Torres</i>
Presidente
<i>Airton Adelar Hack</i>
Relator
<i>Maria Luiza Novais</i>
Ma. Siga p. 91641

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Nayra Bastos Manatta, Leonardo Siade Manzan, Júlio César Alves Ramos, Airton Adelar Hack e Mauro Wasilewski (Suplente).



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13808.001615/2000-19
Recurso nº : 139.601

Brasília.	26	73	2028
MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFIRA O CÓDIGO ORIGINAL			
Maria Luzia de Novais Mat. Série 21641			

2º CC-MF
Fl.

Recorrente : LARK S/A MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

RELATÓRIO

Trata-se de auto de infração contra a Recorrente, procedendo ao lançamento de ofício de valores referente a PIS. As diferenças se devem ao fato de a Recorrente ter recolhido o PIS na alíquota de 0,65% conforme determinava os Decretos-Leis nºs 2445/88 e 2449/88 para os meses de julho a setembro de 1995 e a MP nº 1212/95 para os meses de outubro de 1995 a fevereiro de 1996.

Ocorre que o dispositivo que determinava a referida alíquota foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Desta forma, o tributo voltou a ser exigido conforme a Lei complementar nº 7/70, com as alterações da lei complementar 17/73, que determinava uma alíquota de 0,75%.

Desta forma, o auto de infração cobra a diferença de 0,10% da alíquota declarada inconstitucional para a alíquota maior que prevaleceu, apontando para os efeitos "ex tunc" da decisão do STF.

A Recorrente apresentou impugnação, sustentando que a norma não pode retroagir para atingir valores já pagos e extintos de acordo com a norma cabível no momento do pagamento.

A DRJ julgou improcedente a impugnação, mantendo o auto de infração.

A Recorrente então apresentou recurso voluntário, reafirmando os argumentos da impugnação e requerendo a nulidade do auto de infração cumulativamente com o afastamento da multa e dos juros incidentes sobre o débito.

É o relatório.

QJ :



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13808.001615/2000-19
Recurso nº : 139.601

Brasília.	26	, 03	, 2007
MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL			
Maria Luzinier Novais Mat. Siape 91641			

2º CC-MF
Fl.

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
AIRTON ADELAR HACK

Deve-se, antes de prosseguir com o julgamento do recurso, verificar se os valores referentes ao PIS foram calculados levando-se em conta o critério da semestralidade da base de cálculo. Uma vez efetuado o cálculo, deve ser verificada a existência ou não de débito a ser adimplido.

Isso posto, voto no sentido de baixar o feito em diligência, apurando-se a base de cálculo de acordo com o critério da semestralidade e verificando a existência ou não de saldo remanescente do débito.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 2007.

Aley + Hack

AIRTON ADELAR HACK